

SUMÁRIO

FICHA TÉCNICA	2
EDITORIAL	
Produzir, Alimentar, Lutar pela Agricultura Familiar!.....	3
DESTAQUE	
7º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar Portuguesa	4-5
NOTÍCIAS	
Saída do Secretário de Estado e fim da Secretaria de Estado são factos a ter em conta	6
Nova Lei dos Baldios não respeita preceitos básicos da Constituição	6
Lei que altera Estatutos da Casa do Douro deixa milhares de vitivinicultores de luto	7
“O Douro e as suas Gentes” em workshop promovido pela AVIDOURO	7
Agricultores reclamam campanha de promoção do arroz carolino	8
Doença afecta produção de arroz	8
CADERNO TÉCNICO	
A Fileira do Azeite: Dados Estruturais, Investimentos e Apoios Públicos	9-24
NOTÍCIAS	
ADAB reclama apoios para Agricultores afectados pelo mau tempo	25
Não basta o Governo dizer que os seguros não são “atractivos”	25
APPT reclama medidas para apoiar produtores de tomate	25
AFIN promove debate sobre florestas	26
ADEFM discute produtos florestais do Minho ...	26
Encontro de Agricultura Familiar Alentejana.....	27
Aplicação da Reforma da PAC	28
INTERNACIONAL	
Via Campesina reúne em Portugal	29
Trabalho imigrante em debate.....	30
ONU destaca papel da Agricultura Familiar.....	31
Agricultura Familiar essencial para a soberania e segurança alimentar e nutricional.....	31



A CNA está filiada na
Coordenadora Europeia
Via Campesina



CNA

Pessoa Colectiva de Utilidade Pública

Edição

CNA – Confederação Nacional da Agricultura

Morada

Rua do Brasil, n.º 155 – 3030-175 COIMBRA
Tel.: 239 708 960 – Fax: 239 715 370
E-mail: cna@cna.pt
URL: www.cna.pt

Delegação em Lisboa

Rua Jardim do Tabaco, 90 1.º - Dtº
1100-288 LISBOA
Tel.: 213 867 335 – Fax: 213 867 336
E-mail: cna.lisboa@cna.pt

Delegação em Vila Real

Rua Marechal Teixeira Rebelo,
Prédio dos Quinchosos, Lt. T, Apart. 158
5000-525 VILA REAL
Tel.: 259 348 151 – Fax: 259 348 153
E-mail: cnavreal@sapo.pt

Delegação em Évora

Rua 5 de Outubro, 75 – 7000-854 ÉVORA
Tel.: 266 707 317 – Fax: 266 707 317
E-mail: ruralentejo@sapo.pt

Delegação em Bruxelas

Rue de la Sablonnière 18 – 1000 BRUXELAS
Tel.: 0032 27438200 – Fax: 0032 27368251

Título

Voz da Terra

Director

João Dinis

Coordenadora Executiva

Adélia Vilas Boas

Fotos

Arquivo da CNA

Colaboradores neste número

Alfredo Campos, José Miguel Pacheco, Lucinda
Costa Pinto

Redactores da Separata “Caderno Técnico”

Gabinete Técnico da CNA

Periodicidade

Bimestral

Tiragem

10 000 exemplares

Depósito Legal

N.º 117923/97

Registo de Publicação ICS

123631

Composição, Paginação e Impressão

Regiset, S. A.

Os textos assinados
são da responsabilidade dos autores

PRODUZIR, ALIMENTAR, LUTAR PELA AGRICULTURA FAMILIAR!

É sob esta bandeira que, em Penafiel, a 23 de Novembro próximo, vamos realizar o 7º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar Portuguesa.

Esta jornada de debate e proposta, de reclamação e protesto, ocorre num momento particularmente difícil para a Agricultura Familiar, para a produção nacional, para os consumidores.

O ano tem sido muito mau com condições climáticas muito adversas, mas os maiores males da Agricultura são outros e vêm de longe.

Se quem vive da terra sempre passou dificuldades e raramente vê o seu trabalho reconhecido e recompensado, podemos afirmar que o agravamento da situação tem sido galopante nas últimas três décadas, desde que começaram a sentir-se as consequências do acordo de pré-adesão à então CEE, até à última reforma da PAC e com os sucessivos governos portugueses, sempre submissos.

Os do arco do poder do grande agro-negócio e dos grandes proprietários venderam gato por lebre.

Que o digam as centenas de milhar de agricultores forçados a deixar de produzir porque a PAC, ou as políticas dos sucessivos governos, ou porque o garrote dos preços do que necessitam para produzir os asfixiou, enquanto muitas vezes não vendiam o fruto do seu trabalho e da sua família e, quando o conseguiam, muitas vezes não pagava os gastos nem o sustento da família.

Desde que começaram a meter cá a PAC, foram eliminadas perto de 400 mil explorações, restando 305.266 (Censos 2009). O desastre social nos nossos campos é gritante e o sector leite é bem elucidativo onde, de cerca de 80 mil, restam umas 7 mil explorações.

À PAC, dominada pela grande agro-indústria e grande agro-distribuição internacionais e pelas grandes empresas agrícolas dos países ricos do centro e norte da Europa, pouco ou nada interessa a produção agro-alimentar da Agricultura Familiar para abastecer as populações com produtos locais frescos.

Por isso, para aumentarem o poderio e os lucros desses grandes impérios, os mandantes da UE multiplicam-se em iniciativas para fazer avançar a OMC, os “acordos” bi-laterais com países ditos em “via de desenvolvimento” em que, a troca de “apoios”, lhes sugam os recursos naturais, arruinam e escravizam os seus agricultores. Mais recentemente são os “acordos com os EUA e o Canadá” e a propaganda das novas oportunidades que, quando à agricultura, se vão resumir a mais importações daqueles países para o grande agro-negócio, em prejuízo da agricultura europeia e no que mais nos interessa, a Agricultura Familiar Portuguesa.

Se assim não fosse, porque incentivaram a florestação de terras agrícolas, o set-aside, o greening?

Simultaneamente, os governos portugueses e com grande intensidade o actual, passeia-se pelo país e em viagens ao estrangeiro, nas visitas e nos negócios da moda, a exportação, desprezando a imperiosa necessidade de produzir para alimentar a nossa população onde, com o elevado desemprego, alastram a fome e a subnutrição e com esta política arruinam muitas mais explorações familiares.

O 7º Congresso da CNA, interpretando o sentir das populações rurais, mas também o sentir dos consumidores, vai aprovar a Carta da Agricultura Familiar Portuguesa e o Estatuto da Agricultura Familiar Portuguesa, documento que visa alcançar o reconhecimento do seu papel na produção de bens, serviços públicos e alimentos.

O 7º Congresso da CNA, com a aprovação da Carta, aprovará as reclamações da Agricultura Familiar para um futuro melhor para si e para Portugal, na firme convicção de que as actuais políticas não servem e que só com a luta e a união de quem vive do seu trabalho, será possível sustentar o actual rumo de concentração da riqueza e construir um futuro mais justo.



CNA 7 CONGRESSO
e da Agricultura Familiar Portuguesa
PENAFIEL, 23 NOVEMBRO 2014

Mais de mil delegados e dezenas de convidados são esperados no 7º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar Portuguesa, que se vai realizar a 23 de Novembro de 2014, no Pavilhão de Feiras e Exposições de Penafiel.

Tendo em conta que 2014 foi declarado pela ONU como Ano Internacional da Agricultura Familiar, vamos neste congresso aprovar a “Carta da Agricultura Familiar Portuguesa” e o “Estatuto do Agricultor Familiar Português”, que venham a consagrar a caracterização das explorações agrícolas familiares e os direitos concre-

tos dos(as) Agricultores(as) Familiares!

Ainda no âmbito deste 7º Congresso da CNA e da Agricultura Familiar Portuguesa, decorre igualmente no dia 23 de Novembro, em Penafiel, um seminário Europeu sobre o tema “A PAC e a Agricultura Familiar” que contará com a participação de diversos convidados internacionais.

O 7º Congresso da CNA vem na sequência de muitas lutas travadas ao longo de meses e anos pelos Agricultores Portugueses, pela CNA e Filiadas, contra as más Políticas Agrícolas e de Mercados.

A 23 de Novembro, em Penafiel, vamos defender a Agricultura Familiar e o Mundo Rural!

DONATIVOS MONETÁRIOS

APOIO À REALIZAÇÃO DO 7º CONGRESSO DA CNA E DA AGRICULTURA FAMILIAR PORTUGUESA

A Direcção da Confederação Nacional da Agricultura, CNA, apela aos Agricultores e Amigos do Mundo Rural que partilham a importância da Agricultura Familiar Portuguesa que com o seu contributo ajudem à realização de um grande Congresso.

Quem pretender fazer uma contribuição poderá fazê-lo para:

Conta n.º 0-8518772.000.001, do BPI, NIB: 0010.0000.85187720001.47.

A CNA agradece desde já.

A Direcção da CNA



PRODUIZIR, ALIMENTAR, LUTAR PELA AGRICULTURA FAMILIAR

Vamos discutir - Vamos reclamar ao Governo:

- Preços compensadores à Produção - das Uvas e dos Vinhos - do Leite e Carne - dos Cereais - da Azeitona - da Batata - das Frutas e Legumes - da Madeira;
- A baixa dos custos - da Electricidade - dos Combustíveis - das Rações - dos Adubos e Pesticidas - do Crédito Bancário;
- A anulação das novas Imposições Fiscais;
- A anulação da Lei para privatizar os Baldios e da "lei-roubo" da Casa do Douro;
- Apoio ao aumento da Produção Nacional, nomeadamente para Consumo Interno;
- Uma PAC e um novo Programa de Desenvolvimento Rural 2020, com mais Ajudas para a Agricultura Familiar e Mundo Rural;
- Políticas de respeito pela Soberania Alimentar !

Vamos aprovar a "Carta da Agricultura Familiar Portuguesa" e o "Estatuto do Agricultor Familiar Português"

Domingo - 23 Novembro

Vamos realizar, em conjunto com organizações de outros países da UE, um **Seminário Internacional "A PAC e a Agricultura Familiar"** com três Secções: *Agro-Pecuária | Florestas e Baldios | A PAC e a Agricultura Familiar*

**Contacte a Associação filiada na CNA da sua Região.
PARTICIPE!**

Saída do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural e fim da respectiva Secretaria de Estado são factos a ter em conta

A demissão do Secretário de Estado das Florestas e do Desenvolvimento Rural e o “fim”, pelo menos prático, da respectiva Secretaria de Estado têm repercussões óbvias no funcionamento regular do Ministério da Agricultura e Mar (MAM), já que será a própria Ministra da Agricultura e Mar a encarregar-se directamente dos assuntos da (ex)Secretaria de Estado em colaboração com “outros” Secretários de Estado do MAM.

De facto, o funcionamento da referida Secretaria de Estado tem sido muito instável, nomeadamente, já com dois Secretários de Estado em três anos, e com a definição do novo Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 a ser, toda ela, dirigida pelo Secretário de Estado da Agricultura e não pelo Secretário de

Estado do Desenvolvimento Rural.

Interessa esclarecer quem fica a tratar de quê no que diz respeito à Floresta e ao Desenvolvimento Rural, tanto mais que estamos numa fase importante, com o fim do PRODER e a ultimação da entrada em vigor do novo PDR 2014-2020.

Porém, bem mais importante que as mudanças de caras e de cadeiras, seria a alteração das políticas Agro-Florestais que têm sido definidas e aplicadas pelo MAM e pelo Governo. Por exemplo, com a anulação da nova Lei dos Baldios e da Lei da Florestação e Reflorestação (lei da eucaliptização indiscriminada); com uma nova estratégia para a Floresta Nacional em respeito pela Floresta de uso múltiplo e pelos direitos e interesses dos pequenos e médios Produtores Florestais.

Nova Lei dos Baldios não respeita preceitos básicos da Constituição

A entrada em vigor da nova Lei dos Baldios – uma autêntica “Lei-Roubo” que abre as portas à alienação dos territórios e das riquezas dos Baldios – deixou os povos serranos de luto, mas não lhes retirou a determinação de continuar a luta em defesa destes territórios comunitários.

A nível institucional já houve contactos com a Presidência da República no sentido de aferir da constitucionalidade da nova Lei, que, do nosso ponto de vista, não respeita vários preceitos básicos da Constituição, nomeadamente o princípio da propriedade comunitária.

Obviamente que, se necessário for, tentaremos fazer chegar o processo ao Tribunal Constitucional. Temos ainda em curso duas petições contra esta nova Lei



dos Baldios.

Como tem sido hábito ao longo de 30 anos, em que outros ataques houve, os compartes dos Baldios não ficarão quietos. Aliás, tal como já aconteceu na numerosa participação na concentração de Agricultores, a 3 de Abril deste ano, em Lisboa, bem como nos encontros e reuniões que se têm realizado no Centro, Norte e Nordeste do país.

É certo, os Baldios mexem!

Assine!!

http://www.cna.pt/dossiers/dossiercna/14-08-31_encontrosbaldios_viseu/abaixoassinado.pdf

Subscreva também a petição online!

<http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT74364>

Nova Lei que altera os Estatutos da Casa do Douro deixa milhares de Vitivinicultores num profundo luto

Os Vitivinicultores da Região Demarcada do Douro receberam um duro golpe com a publicação da Lei N.º 74/2014 que altera os Estatutos da Casa do Douro, transformando-a numa mera associação de direito privado e conduzindo assim à sua extinção tal como a conhecemos.

O Governo, a maioria que o suporta na Assembleia da República e o Presidente da República cedem mais uma vez aos grandes interesses económicos, dando de mão beijada o Património que é de toda a lavoura duriense às muito grandes Casas Exportadoras do sector.

A Associação dos Vitivinicultores

Independentes do Douro (AVIDOURO) afirma que este processo engendrado pelo Governo e pela Ministra da Agricultura não é sério, pois o saneamento financeiro da Casa do Douro não obrigava à alteração dos seus Estatutos.

Assim, a AVIDOURO, junto com os agricultores, irá continuar a lutar em defesa da Casa do Douro e dos milhares de pequenos e médios Vitivinicultores Durienses.

Entretanto, continua a ser subscrita a Petição contra a “Lei-Roubo” da Casa do Douro e do Património da Lavoura Duriense. A região está de luto, mas a luta vai continuar!

Assine a petição online!!

<http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT74328>



“O Douro e as suas Gentes” em workshop promovido pela AVIDOURO

A AVIDOURO promoveu no dia 26 de Setembro, em Santa Marta de Penaguião, um *workshop* dedicado à temática “O Douro e as suas Gentes”, uma iniciativa que contou com a presença de agricultoras e agricultores, entidades, técnicos e outras gentes do Mundo Rural Duriense.

Em simultâneo funcionaram duas oficinas de trabalho para discutir as problemáticas: “O Douro Património Mundial: Uma mais-valia para a Agricultura Familiar?” e “QCA/PDR 2007-2013 na Região Demarcada do Douro e perspectivas para 2014-2020”.



Agricultores reclamam campanha nacional de promoção do arroz carolino

No dia 12 de Setembro realizou-se no Cine-Teatro de Benavente o II Encontro Nacional de Produtores de Arroz. Mais de uma centena de Agricultores participaram nesta iniciativa promovida pela Associação Portuguesa dos Orizicultores (APOR) e pela Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal (AADS).

Na iniciativa estiveram presentes como convidados a CNA, a Associação Nacional de Industriais de Arroz, a Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, as Câmaras Municipais de Benavente, Alcácer do Sal e Grândola e os deputados do PCP e “Os Verdes”, não tendo os restantes grupos parlamentares respondido ao convite.

Do encontro saiu a exigência à Ministra da Agricultura do cumprimento das promessas de uma campanha nacional de promoção e valorização do arroz carolino, entre outras reclamações ao Governo, nomeadamente:

- Pôr fim à “ditadura” da grande cadeia de distribuição alimentar que esmaga em baixa o preço à produção;
- O direito a produzir e o aumento da produção, elemento fundamental no combate à crise instalada;
- Políticas de discriminação positiva para os pequenos e médios agricultores;
- Medidas de fiscalização sobre as importações;



- Uma Política Agrícola Comum (PAC) que respeite o direito a produzir e a soberania alimentar dos povos;

- Que o preço à produção atinga os 40 cêntimos/kg, de forma faseada no mais curto espaço de tempo. É impossível continuar a produzir arroz com custos à produção superiores a 2000 euros/ha e o preço à produção inferior a 280 euros/tonelada!

No final, os produtores de arroz dirigiram-se em desfile até à Câmara Municipal de Benavente para entregar ao Presidente da Câmara as conclusões do encontro, solicitando-lhe que diligencie junto dos Órgãos de Soberania, no sentido de verem respondidas as suas reclamações. Manifestaram também a disponibilidade de continuar a lutar em defesa dos seus direitos e interesses, caso não haja resposta positiva às suas reclamações.

Doença afecta produção de arroz no Baixo-Mondego e Vale do Vouga

Uma delegação de orizicultores da Associação Portuguesa dos Orizicultores (APOR) deslocou-se a 2 de Outubro à Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, em Coimbra, onde entregou um documento alertando para a doença Brusone (*pyricularia grisea*) que está a afectar a produção de arroz no Baixo-Mondego e no Vale do Vouga.

No documento, dirigido à Ministra da Agricultura e Mar e à Directora Regional

da Agricultura e Pescas do Centro, os orizicultores reclamam que os serviços técnicos do Ministério da Agricultura façam um levantamento concreto da dimensão real dos prejuízos nas zonas afectadas e que o Governo e o Ministério da Agricultura tomem medidas compensatórias que reponham o valor dos prejuízos sofridos pelos orizicultores.



A Fileira do Azeite: Dados Estruturais, Investimentos e Apoios Públicos

Pelo Gabinete Técnico da CNA

A fileira do azeite tem vindo a ganhar importância no nosso país, apresentando-se hoje como “um caso de sucesso” no panorama da agricultura nacional. Desde a entrada de Portugal na União Europeia e ao abrigo dos sucessivos Quadros, muitos milhões de euros em apoio público foram investidos no sector.

Priorizou-se o investimento quer no aumento da capacidade produtiva dos lagares, culminando com a construção recente de mega estruturas de laboração, quer na plantação de extensas áreas de olival intensivo e superintensivo, sobretudo na Região do Alentejo. Assistimos, em contrapartida, ao progressivo abandono de grandes manchas de olival tradicional que constituem elementos característicos (e fundamentais) da paisagem do país.

Neste clima de euforia olivícola quisemos dar a conhecer a experiência de uma exploração familiar e de um lagar cooperativo localizados no interior do país onde predomina o olival tradicional e de pequena dimensão, em que, aproveitando os apoios públicos melhoraram as condições de produção, criaram postos de tra-

balho e contribuem para a dinamização da economia local.

Procurámos neste artigo apresentar também a evolução da produção e do comércio nos últimos anos, bem como fazer uma breve caracterização da evolução das áreas de olival e produção de azeite.

1 - Breve caracterização do sector do azeite em Portugal - dados estruturais

O olival ocupava 335 841 hectares no continente, no último RGA (Recenseamento Agrícola) de 2009, com maior relevância regional no Alentejo com quase 50% da área. Em segundo lugar vem a região de Trás-os-Montes, contribuindo com 22%. Em termos do número de explorações a situação é inversa, das 130 568 explorações registadas com olival, 28% correspondiam à região de Trás-os-Montes, contribuindo o Alentejo com 15%. Considerando o balanço da década 1999-2009, regista-se que o número de explorações com olival no continente teve um decréscimo de 18%.

No que respeita à dimensão das ex-

plorações, se avaliarmos por classes de área, 76% das explorações do continente têm menos de dois hectares. Em Trás-os-Montes este dado corresponde a 73% das explorações da região e no Alentejo a 47%. Já no que respeita a área, as explorações com menos de dois hectares representam 28% da área de olival na região de Trás-os-Montes e apenas 5% no Alentejo (Dados compilados pelo GPP).

Refira-se que, ao contrário do número de explorações, o declínio da área total de olival para o período 1999-2009 é compensado pela plantação de novo olival, apesar da quebra registada sobretudo na Beira Interior (menos 13000 ha) e no Ribatejo e Oeste (menos 11000 ha). A região do Alentejo apresenta um acréscimo significativo de novo olival (mais 26 000 ha).

Um dado que pode ser importante para uma análise da evolução do olival e produção de azeite em Portugal corresponde ao nível de intensificação – traduzido em número de oliveiras por hectare. De acordo com os dados do INE o olival intensivo e super intensivo (com mais de 300 oliveiras por hectare) ocupava, em 2009, 9% do total da área de olival do continente, sobretudo localizada no Alentejo (90%) o que corresponde a cerca de 25000 hectares. (Fonte RGA 2009).



Os olivais que contribuem para a produção de azeites com denominação de origem protegida (DOP) ocupam 12% da área total de olival e distribuem-se pelas zonas correspondentes às seis zonas (Azeites de Trás-os-Montes, Azeites da Beira Interior, Azeites do Ribatejo, Azeites do Norte Alentejano, Azeites do Alentejo Interior e Azeites de Moura). A DOP de Moura é a mais representativa quer em área quer em produção com um peso superior a 50% do total da produção (evolu-





ção dos produtos tradicionais qualificados 2002 a 2009 - DGADR). Os azeites DOP representavam, em valor, 6,1 milhões de euros em 2009. De referir que, de acordo com os dados do GPP, apenas 3% do total de azeite produzido em 2012 correspondia à denominação DOP.

Ao nível da área de olival destinada à produção biológica (notificada), em 2009 correspondia a pouco mais de 4% do total da área de olival do continente e estavam registados pouco mais de 800 produtores. Os últimos dados disponíveis são referentes ao ano de 2011 e apontam para uma área superior a 18000 ha e 1300 produtores registados (DGADR – agricultura em modo de produção biológico, por tipo de culturas).

Produção de azeite

O quadro abaixo reflecte a evolução da produção de azeite dos últimos anos.

Conforme se pode constatar através dos dados mencionados, a área de olival pouco se tem alterado ao longo dos anos, o mesmo não acontecendo com a produção, que tem tido uma evolução crescente extraordinária. A campanha de 2012 não acompanhou a espiral de crescimento devido a fenómenos climatéricos adversos que prejudicaram a floração das oliveiras.

Tal como já referido anteriormente, a evolução positiva da produção deve-se, sobretudo, à produção dos olivais explorados de forma intensiva e superintensiva,

Evolução da produção de azeite em Portugal							
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Área de olival (ha)	338812	339039	336566	335586	338048	338562	342982
Azeite produzido (ton)	32296	53808	62457	62955	76253	59155	91647
Produtividade do olival em azeite (kg azeite/ha)	95	159	186	188	226	175	267
Lagares em actividade (n.º)	534	558	562	539	527	511	506

Dados: GPP, SIAZ

pois os olivais tradicionais continuam em declínio e os mais marginais de sequeiro continuam em processo de abandono dados os elevados custos de produção e falta de rentabilidade.

Comércio e consumo

As exportações têm vindo progressivamente a aumentar, registando-se um acréscimo extraordinário no segmento da categoria de azeite virgem extra e virgem. Só no primeiro semestre de 2014 a quantidade exportada correspondeu a um acréscimo de 50% face ao período homólogo de 2013.

O maior volume de exportações é destinado ao Brasil, que representou em 2012 (dados INE) quase metade do total de azeite virgem extra e refinado exportados, seguido da Espanha e da Itália.

Nos quadros abaixo pode avaliar-se a evolução das trocas com o exterior cor-

respondentes às classificações “azeites virgem e virgem extra”, “azeite virgem lampante” e “azeite refinado”.

Já em relação às importações, e dado que a produção nacional não satisfaz as necessidades de utilização, a evolução tem sido crescente, como se pode observar no quadro abaixo. Refira-se no entanto que esta tendência se inverteu sobretudo a partir do ano de 2014, com uma variação de -10% no primeiro semestre do ano, por comparação com o período homólogo de 2013.

Para este resultado contribuiu, decisivamente, o aumento da produção nacional registado na campanha de 2013-2014.

Um dado importante diz respeito ao consumo humano. Em Portugal a tendência do consumo per capita (kg/habitante/ano) tem sido crescente ao longo dos últimos anos. Em 2007 situava-se nos 6,7kg, em 2010 crescia para os 7,8kg, atingindo os 8kg em 2013.

Comércio Internacional de Azeite: Exportações em quantidades (mil ton.) e valor (M€)												
Todas as categorias (1)	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	mil ton.	M€	mil ton.	M€	mil ton.	M€						
		41,7	146,3	40,4	141,8	43,3	134,2	54,17	161,9	80	215,4	97,2

Comércio Internacional de Azeite: Importações em quantidades (mil ton.) e valor (M€)												
Todas as categorias (1)	2007		2008		2009		2010		2011		2012	
	mil ton.	M€	mil ton.	M€	mil ton.	M€	mil ton.	M€	mil ton.	M€	mil ton.	M€
		65	162,5	76,3	190,8	70,5	148,3	83,7	165,9	88,1	164,4	102,2

mil ton. = mil toneladas; M€ = milhões de euros

(1) “azeites virgem e virgem extra”, “azeite virgem lampante” e “azeite refinado”

Fonte: GPP - Anuário Agrícola 2013





2 - Balanço do investimento no sector através dos vários Quadros Comunitários de Apoio (QCA): PEDAP (1986-1993) / PAMAF (1994-1999) / AGRO (2000-2006) / PRODER (2007-2013)

Desde a adesão de Portugal à União Europeia, vários foram os instrumentos de apoio ao sector. Numa primeira fase, e durante a vigência do PEDAP, foram privilegiados os arranques de olivais. Mais de 31000 ha foram arrancados e foram sendo substituídos, na sua maioria, por culturas mais rentáveis, de que foi exemplo a cultura do milho na região do Ribatejo.

A partir do QCA II os apoios foram dirigidos sobretudo para a plantação e reconversão do olival, bem como para a construção de novos lagares. Na vigência do PAMAF foram atribuídos à fileira 86,3 milhões de euros.

No período em que vigorou o Programa AGRO foram plantados com ajuda 15 604 ha e investidos quase 38 milhões de euros na modernização da capacidade de transformação e comercialização. Estes dados constam do diagnóstico sectorial elaborado pelo MADRP aquando da preparação do PRODER, em 2007.

PRODER

O quadro estratégico definido para o período de programação relativo à utilização dos fundos euro-

peus para o desenvolvimento rural 2007-2013 estabeleceu como principais objetivos:

- Aumentar a competitividade dos sectores agrícola e florestal;
- Promover a sustentabilidade dos espaços rurais e dos recursos naturais;
- Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais (objectivos do Plano Estratégico Nacional).

O Programa de Desenvolvimento Rural do continente – PRODER deu corpo a estes objectivos definindo as regras de aplicação nacional. A fileira do azeite foi considerada, a par com a do vinho, das frutas e hortícolas, dos produtos de qualidade (DOP, IGP e ETG) e a da produção biológica, como estratégica na implementação do PRODER em Portugal para o período de programação 2007-2013.

Os projectos de investimento submetidos ao PRODER nas acções “modernização e capacitação das empresas” bem como a medida “cooperação empresarial para o mercado e internacionalização”



são valorizados, ao nível dos critérios que determinam a sua aprovação, sempre que o beneficiário e o projecto: se integre numa lógica de fileira estratégica, corresponda às prioridades estratégicas regionais e possua valia ambiental.

Ao longo do período de programação foram aprovados mais de 34000 projectos aos quais corresponderam 7,1 mil milhões de euros de investimento e 4,2 mil milhões de euros de despesa pública aprovada.

A fileira do azeite foi beneficiada com mais de 200 milhões de euros. Dos 1821 projectos aprovados a grande maioria (93%) correspondeu a investimentos no olival e os restantes ao investimento no aumento da capacidade de transformação.

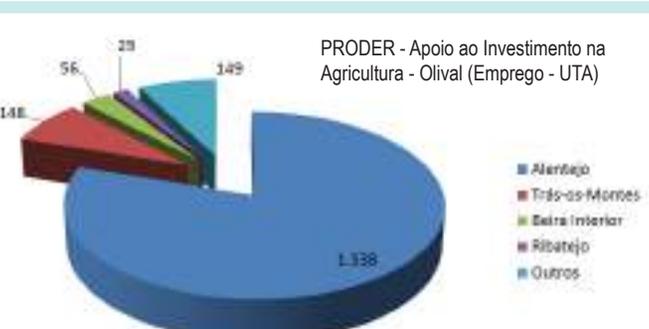
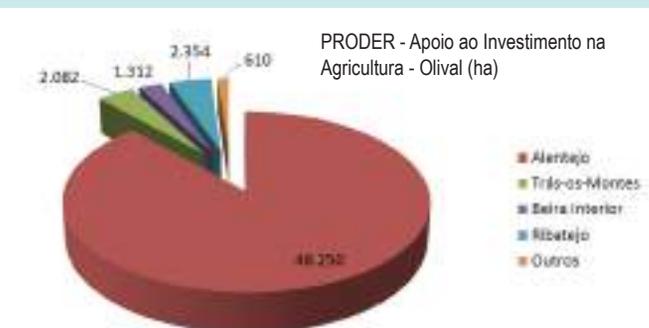
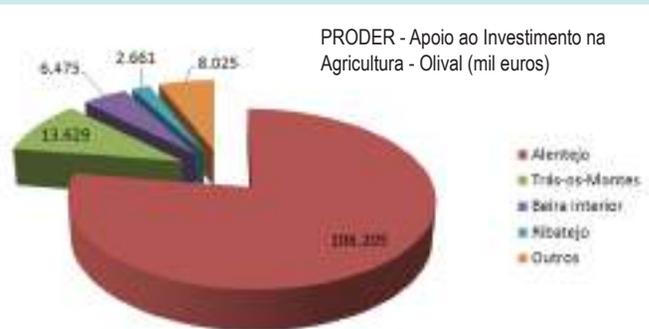
Em termos de distribuição regional é de salientar que os apoios centraram-se, sobretudo, no Alentejo (80%), o que representa uma alteração substancial face a programas anteriores em que a representatividade da região de Trás-os-Montes era bem mais significativa.

Verifica-se ainda que, mesmo dentro da própria região, há sub-regiões substancialmente mais beneficiadas como é o caso do Baixo Alentejo que representa 65% do apoio ao investimento - olival e transformação.

Os gráficos que se apresentam a seguir traduzem a distribuição regional dos apoios ao nível da área beneficiada, apoio financeiro e emprego previsto.

Esta distribuição ao nível territorial corresponde à NUTS 3, no entanto, entendemos agregar as sub-regiões para uma melhor apreciação:

- Alentejo: 24, 25, 26 e 27
- Beira Interior: 16 e 17
- Ribatejo: 20, 22 e 23
- Trás-os-Montes: 8

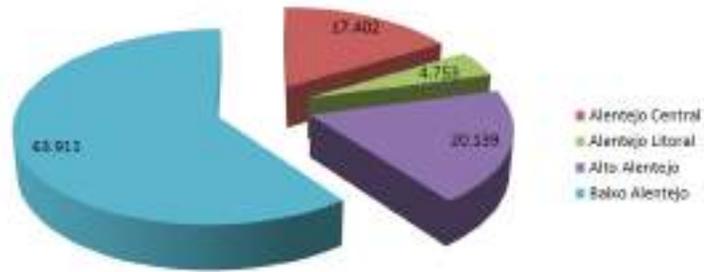


Uma análise que seria útil fazer prende-se com a tipologia dos investimentos. Por exemplo, no que respeita ao olival avaliar se os apoios foram canalizados para a plantação de olival intensivo e superintensivo e que parte se destinou à melhoria do olival tradicional. Dos dados disponibilizados pela AGProder, o que se pode aferir é que o maior número de projectos se destinou ao regadio e que dentro deste 84% do número total de projectos correspondeu a olival intensivo e superintensivo.

Tendo em conta a dinâmica criada em torno do olival intensivo no Alentejo, com a criação de mega olivais e implantação de lagares de elevada capacidade de transformação, é de admitir que é esta a tipologia implementada.

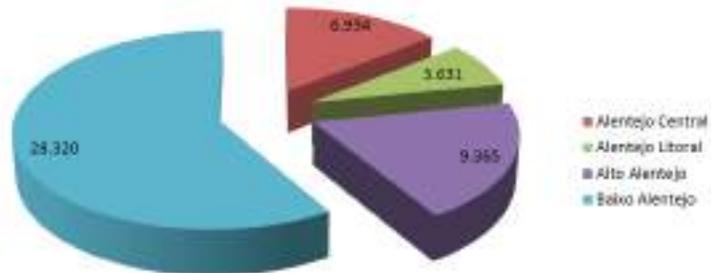
Será importante analisar no futuro qual foi o impacto destes grandes investimentos no desenvolvimento da economia regional.

PRODER - Alentejo: Apoio ao Investimento na Agricultura - Olival (mil euros)



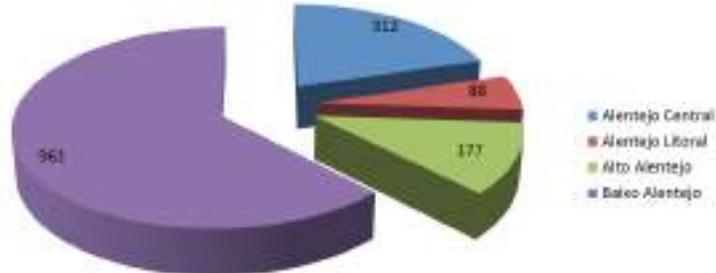
Fonte: AG PRODER

PRODER - Alentejo: Apoio ao Investimento na Agricultura - Olival (ha)



Fonte: AG PRODER

PRODER - Alentejo: Apoio ao Investimento na Agricultura - Olival (Emprego - UTA)



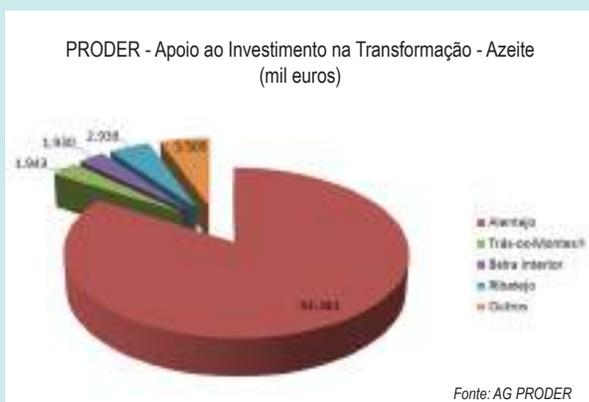
Fonte: AG PRODER



CADERNO TÉCNICO

De salientar que, em termos de emprego, o apoio à transformação na região de Trás-os-Montes significou,

proporcionalmente, maior criação de emprego, quando comparado com o Alentejo.



3 - A importância dos apoios públicos no contexto de uma exploração familiar

Uma das críticas apontadas aos investimentos realizados ao abrigo dos sucessivos Quadros de Apoio prende-se com o respectivo acompanhamento *a posteriori*. Muitos são os exemplos de projectos falhados que envolveram grandes investimentos e ajudas públicas. Não é raro encontrar pelo nosso país estruturas abandonadas que corresponderam a exemplos de investimentos errados na instalação de jovens agricultores, muitos dos quais alicerçados numa deficiente planificação e, tantas vezes, aliados a entusiasmos pueris.

O exemplo que aqui relatamos, sob a forma de entrevista, visa dar a conhecer uma exploração de tipo familiar, com orientação técnico-económica diversificada, numa zona do interior do país.

Ramiro Ricardo, filho, é o principal responsável pela exploração, possui habilitações académicas de nível superior na área agrícola, é jovem agricultor e é nosso entrevistado.

Faça-nos um breve enquadramento da exploração hoje.

A nossa exploração é familiar e não recorre a qualquer tipo de mão-de-obra



exterior. Está orientada para três produções principais que são a olivicultura, a viticultura e o amendoal.

As produções de 2014 foram aproximadamente: 9500 litros de vinho, 35 toneladas de amêndoa e prevejo uma colheita de 65 toneladas de azeitona.

Estas três culturas estão certificadas pela CERTIS em modo em Produção Integrada e a comercialização é efectuada directamente com o comprador.



Quais foram os momentos chave para a exploração e a sua entrada como responsável da sua gestão?

Vou relatar um pouco a evolução da nossa pequena exploração:

Toda a exploração se situa na freguesia de Passos, concelho de Mirandela e distrito de Bragança.

Em 2001 existia uma exploração pertencente a Ricardo José, meu pai, de 58 anos de idade. A exploração era constituída por 17.83 ha dos quais: 0.50 ha de regadio (horta), 1.40 ha de vinha, 0.40 ha de frutos frescos, 0.97 ha de frutos secos (amêndoa), 5.14 ha de olival e 9.42 ha de terra arável para a cultura de trigo e centeio.

Nesse mesmo ano eu trabalhava como técnico numa Associação de Agricultores, a ADAB (Associação Distrital dos Agricultores de Bragança). A minha ligação à agricultura era forte, conhecia as ajudas que vigoravam na altura, e após uma avaliação do programa AGRO e RURIS

resolvi expor as minhas ideias aos meus pais e irmã a fim de desenvolver esta actividade de uma forma mais rentável.

Foi então que se iniciou um estudo pormenorizado da nossa situação e um trabalho árduo nesse sector, dado que eu queria avançar mas com segurança.

Resolveu então candidatar-se às ajudas...

Perante toda a nossa situação, ao abrigo do programa RURIS candidatei o meu pai à Reforma Antecipada, e ao abrigo do programa AGRO foram efectuadas duas candidaturas de Jovens Empresários Agrícolas. Mas estávamos com um problema...

Problema de dimensão?

Sim. Dado o facto da nossa exploração, de que o meu pai era titular, ser relativamente pequena para originar duas explorações houve nesse mesmo ano a



oportunidade da compra de mais duas propriedades e arrendamento de outras.

Ficaram com que área?

As explorações resultantes foram:

1 – 13.15 ha de olival, 8.45 ha de amendoal, 0.28 ha de vinha, 0.24 ha de frutos frescos, 0.11 ha de hortícolas e 3.16 ha de terras para cereal.

2 – 9.43 ha de olival, 4.58 ha de amendoal, 1.10 ha de vinha, 0.38 ha de hortícolas e 3.44 ha de terras para cereal.

No ano seguinte surgiu uma outra oportunidade para adquirir e arrendar mais propriedades. Então criou-se uma outra exploração que também foi candidata a um projecto de investimento de jovem empresário agrícola ao abrigo do programa AGRO.

Surgiu então uma terceira exploração com:

3 – 0.78 ha de olival, 4.64 ha de amendoal, 1.12 ha de prado permanente, 0.12 ha de frutos frescos, 0.51 ha de hortícolas, 0.16 ha de estufa, 9.50 ha de terras para cereal e 40 ovinos.

Então são três explorações...

São três pequenas explorações, que na realidade é só uma pois todos os trabalhos são realizados pelas mesmas pessoas. Para nós é uma exploração familiar ainda que, pelos sucessivos acréscimos, tenha resultado na instalação de três membros do agregado familiar.

E o PRODER? Também fizeram investimentos ao abrigo deste programa?

Sim. Em 2010 as duas primeiras explorações foram candidatas a dois projectos de pequenos investimentos ao abrigo do PRODER, medida 1.1.2, para a aquisição



de novas alfaias agrícolas e um vibrador para a colheita da azeitona e da amêndoa.

Em 2012 iniciámos a produção de leitões de raça Bísara, tendo hoje 15 porcas reprodutoras. Mais recentemente apresentámos, e foi aprovado, um projecto de pequenos investimentos ao abrigo do PRODER, medida 1.1.2, para a construção de um armazém para arrumos agrícolas.

Porquê investir em produções diversificadas? Não seria mais rentável



orientar a produção, por exemplo, para a produção de azeite?

Na minha opinião não seria possível rentabilizar uma exploração orientada apenas para uma cultura. Em primeiro lugar devemos criar uma exploração de forma a distribuir o trabalho ao longo de todo o ano. Se existisse só uma cultura iria haver muitos tempos mortos e muito trabalho noutros, obrigando-nos assim a recorrer a mão-de-obra exterior. Em segundo, a não existência, ou existência não aplicável, de seguros de colheita, havendo um mau ano agrícola para a cultura da exploração, o que fazer? Assim, se existirem várias culturas poderá o mau ano agrícola não atingir todas as culturas.

Em relação ao olival tradicional, só posso dizer que tem um futuro muito negro. Os preços praticados da venda da azeitona não são suficientes para pagar os custos de produção, daí serem muito importantes as ajudas para a manutenção dos olivais.

A existência de muitos olivais na nossa região não se deve ao facto de ser uma cultura rentável, mas sim por ser uma cultura que já foi muito rentável e porque

está enraizada nas pessoas desta região (faz parte da história e da cultura destes povos).

Projectos para o futuro?

Sim, adquirimos em 2013 mais três terrenos e vamos aumentar a área de amendoal em 2014, com a plantação de mais 8 ha. Isto porque, na minha opinião, o amendoal é uma das culturas mais rentáveis actualmente. Quanto a projectos a longo prazo não os quero divulgar sem saber que os posso concretizar. Como dizem os provérbios: projectos? “Só eu e Deus é que sabe”, futuro? “O futuro a Deus pertence”.



4 - A importância do investimento na economia local, caso de um lagar cooperativo.

O PRODER, ao nível dos investimentos na produção de azeite, saldou-se por um grande aumento da capacidade de laboração com a construção de novas unidades de transformação, tal como se referiu no ponto 2. Neste artigo quisemos dar nota da importância que representa, para os agricultores e para a economia local, o investimento na melhoria da capacidade produtiva de um lagar cooperativo.

O texto que se segue corresponde à entrevista que, gentilmente, o presidente da Cooperativa de Olivicultores de Fátima, Pedro Gil, deu à Voz da Terra.

Pode fazer-nos um breve historial da cooperativa?

A Cooperativa de Olivicultores de Fátima foi constituída em 1951, tendo sido fundada por José Joaquim, sócio n.º1.

Na altura o lagar arrancou com três prensas e um moinho de galgas troncocónicas, o que era claramente insuficiente face às necessidades dos sócios.

Em 1970 novos investimentos foram efectuados, tendo sido instalado um novo moinho, uma nova prensa e uma centrífuga, que trouxe uma “revolução para os lagares da zona” na forma de produção do azeite, pois até à data todo o azeite produzido era obtido unicamente por método de decantação em tarefas. Desta forma melhorou-se a qualidade do azeite obtido e aumentou-se a capacidade de produção do mesmo.

Preocupava-nos a questão ambiental, nomeadamente o que fazer com as águas russas produzidas durante o processo de obtenção do azeite. Além disso, as entregas de azeitona por parte dos nossos associados começaram a aumentar, o que nos levou a aumentar a capacidade de produção de azeitona laborada, o que vem a acontecer em 1994. Procedeu-se à instalação de um sistema contínuo ecológico com capacidade de 70t/dia, bem como de um pátio de recepção/limpeza/lavagem de azeitona com capacidade de 20t/dia, o que permitiu aos associados entregar a azeitona no lagar sem necessitarem de a trazerem limpa do olival. Foram também instalados depósitos em inox com capacidade de 152 000l.

A Cooperativa de Olivicultores de Fátima CRL demonstrava, uma vez mais,



capacidade de liderar a inovação necessária no processo de transformação de azeitona, de forma a obter o melhor azeite.

Em 2006, devido ao aumento do número de associados que cada vez procediam à entrega de mais azeitona, foi efectuado um novo investimento, uma nova linha de laboração de azeitona com capacidade de 130t/24 horas, mais depósitos em inox (201 000l), bem como um filtro de azeite e uma enchedora de embalagens de azeite. Com este investimento, digamos, que completávamos o ciclo de produção do azeite.

E ficaram por aí?

Não. Novos desafios nos esperavam! Em 2010 criámos a marca de azeite “Fátima”. Procurámos que a marca do nosso azeite levasse o nome da cooperativa, o local de culto e o nome da cidade; tornando assim o nome marca de azeite mais conhecido...

Então procuraram aproveitar sinergias...

Sim. No seguimento do desenvolvimento da marca de azeite “Fátima”, em 2011, apresentámos um projecto no âmbito do PRODER visando a recuperação do lagar antigo, para uma sala de oleoturismo onde se possam efectuar eventos e promover o “Azeite Fátima”, junto de turistas, público e profissionais do sector. No mesmo projecto instalou-se um segundo pátio de limpeza/lavagem de azeitona com a capacidade de 50t/hora e dois tegões de 30t



de capacidade de armazenagem de azeitona cada. Procuramos, assim, diminuir o tempo de espera na entrega da azeitona por parte dos nossos associadas.

Não deixando de olhar para o ambiente de uma forma atenta, a Cooperativa de Olivicultores de Fátima investiu numa ETAR para efectuar o tratamento da água de lavagem da azeitona e num separador polpa caroço, servindo este para alimentar a caldeira de aquecimento utilizada no nosso processo de produção de azeite.

E a comercialização?

Acooperativa, depois dos investimentos realizados ao nível da recepção e extração, aposta agora no embalamento com marca própria (“Azeite Fátima”). O destino principal do nosso azeite é o comércio local. Estamos numa cidade que recebe 4 a 5 milhões de visitantes por ano e é nosso interesse promover o azeite junto da restauração e hotelaria local dando a conhecer à mesa um produto que tem séculos de história na nossa região e no nosso país. Estamos também a começar a exportação junto de alguns nichos de mercado, nomeadamente Suíça, França e Brasil.

Quais as razões que estiveram na base da decisão de realização dos investimentos?

As razões principais foram, por um lado, a procura de qualidade do azeite e reduzir tempos de espera do associado



na entrega da azeitona e, por outro, alavancar a marca “Azeite Fátima”, com uma nova imagem bem como o espaço museu lagar de azeite.

Em relação à qualidade, sempre foi uma prioridade nossa. Incentivamos os olivicultores a entregarem a azeitona no próprio dia da colheita sem se preocuparem com a sua limpeza antes da entrega no lagar. Com o aumento dos associados, e tendo-nos impulsionado esta ideia, vimo-nos obrigados a fazer este investimento para dar resposta aos picos de entrega na campanha. Neste momento temos 913 associados abrangendo uma área de 60 km². A nossa produção média anual é de 600 toneladas de azeite.

Quais as dificuldades que encontraram na apresentação do projecto PRODER?

As dificuldades de apresentação deste tipo de projectos são o facto de serem sempre muito burocráticos. Muitos requisitos, orçamentos e muitos impressos. Resumindo, muita papelada e alguma

demora em todo o processo.

E na concretização?

Na concretização da obra propriamente dita não tivemos problemas relevantes, apenas os problemas normais do decorrer de obras. Na elaboração do projecto, foi um gabinete de consultadoria que nos tratou de tudo, e não tivemos problemas.

Falta receber o último pagamento, que aguardamos, para podermos disponibilizar o dinheiro já investido e pago para desenvolver outros projectos.

A Cooperativa presta outros serviços aos Associados? Quais?

Durante todo o ano damos apoio aos associados, nas candidaturas RPU, apoio técnico no olival e outras culturas, etc.

Em que medida contribuiu o projecto para a dinamização da economia local?

O nosso sector de actividade na cidade onde estamos inseridos não representa

quase nada ao nível da economia local, dado que a principal fonte de receitas da região provém do turismo religioso. No entanto, a nossa cooperativa presta um apoio enorme para o não abandono dos olivais tradicionais que predominam na Serra de Aire e Candeeiros.

Tentamos ajudar ao máximo os nossos olivicultores, na sua maioria pequenos agricultores – muitos dos quais têm na olivicultura um complemento aos seus rendimentos provenientes de outras actividades – e apoiá-los para não abandonarem esta cultura do azeite que existe desde há

muitos anos nesta região.

Prestamos assim um enorme apoio ao meio rural envolvente e contribuímos desta forma também para a preservação da paisagem rural.

Projectos futuros?

O próximo projecto passará por adquirir uma linha de embalagem automática. Neste momento embalamos praticamente todo o azeite e com o aumento da procura será um projecto a efectuar a médio prazo.



Finalmente...

Salientamos algumas notas:

- A diversificação cultural pode constituir o suporte necessário ao rendimento das explorações familiares nas quais o olival tradicional tem um peso significativo;

- As ajudas públicas são fundamentais na concretização dos planos de melhoria

das condições de produção e transformação, nas explorações agrícolas ou unidades transformadoras;

- As unidades de transformação/comercialização – no caso um lagar de azeite cooperativo, localizados nas zonas de produção são uma mais-valia fundamental para a sustentabilidade das zonas do interior do país, sobretudo se aliadas a outras fontes de dinamização da economia local como seja o turismo.

ADAB reclama apoios para os Agricultores que viram produções destruídas pelo mau tempo

A Associação Distrital dos Agricultores de Bragança (ADAB) reclama ao Governo apoio urgente para os Agricultores das localidades de Vale de Prados, Murais e Couços, no Concelho de Mirandela, e de Vilarinho de Monte, em Macedo de Cavaleiros, que no início do mês de Setembro viram as suas culturas agrícolas e infra-estruturas destruídas por uma forte trovoadas acompanhada por uma intensa bâtega de água.

Para além da destruição de caminhos públicos e agrícolas e uma forte erosão em lameiros e terras de cultivo, a intem-

périe destruiu culturas de Verão (feijão, tomate, pimento, abóboras e cebolas) e de Inverno (couves, vinha e olival), que ficaram prematuramente dizimadas.

Perante este cenário, a ADAB reclama do Governo medidas financeiras que possam minorar tais efeitos negativos e ainda o rápido e apurado levantamento dos prejuízos, pelos técnicos da Direcção Regional da Agricultura, para, com base neses, a Ministra e o Governo atribuírem, através do Programa de Desenvolvimento Rural, os recursos financeiros suficientes para acudir a esta calamidade.



Não basta o Governo dizer que os seguros não são “atractivos” para os Agricultores

Recentemente, a propósito da perda de produção no tomate de indústria na Península de Setúbal, devido às chuvadas ocorridas, a Ministra da Agricultura referiu que os seguros agrícolas não são atractivos para os Agricultores e que deveriam ser aperfeiçoados.

A Ministra admite, assim, que os seguros agrícolas não servem os Agricultores.

Perante tais declarações, a Associação dos Agricultores do Distrito de Setúbal (AADS) entende que o Governo tem o dever e a obrigação acrescida de encontrar medidas compensatórias para fazer face aos prejuízos causados pelo mau tempo e espera que a Ministra da Agricultura encontre o tal modelo de seguro agrícola que apelidou de “atractivo”, para que efectivamente os pequenos e médios Agricultores e a Agricultura Familiar tenham acesso aos seguros agrícolas.

São necessárias medidas para apoiar produtores de tomate afectados pelas chuvas

As chuvas persistentes de Setembro causaram prejuízos de cerca de 30 milhões de euros aos produtores de tomate, segundo dados da Associação Portuguesa de Produtores de Tomate (APPT).

A associação acompanhou a situação no campo, com a sua equipa técnica, e reuniu com a Direcção Regional de Agricultura do Ribatejo e Oeste, Comissão Parlamentar de Agricultura e Mar e com a Ministra da Agricultura, a quem solicitaram medidas para acudir aos agricultores afectados.

Uma linha de crédito com juros de 0%, a fim de salvaguardar o sector em relação aos prejuízos; a suspensão dos pagamentos por conta; e um seguro feito no início da campanha, com liquidação no final da mesma, com o objectivo de salvaguardar a produção de 2015, foram algumas das medidas reclamadas pela APPT.

Associação Florestal do Interior promove debate sobre Sector Florestal

“Sector Florestal – Ameaças, Oportunidades e Novos Desafios” foi o tema do Seminário promovido no dia 22 de Setembro pela Associação Florestal do Interior (AFIN), no Auditório da Zona Agrária do Fundão.

Isménio de Oliveira, da Direcção da CNA, foi um dos convidados da AFIN, e apontou o aumento desordenado do eucalipto e a falta de estratégia florestal por parte dos sucessivos governos como os principais constrangimentos do sector.

“Enquanto os sucessivos governos continuarem sem perceber que o investimento na floresta não pode ser direc-



nado unicamente para o eucalipto, que está a aumentar de forma desordenada, Portugal vai continuar a arder Verão após Verão e a economia florestal a definhar”, referiu o dirigente da CNA, acrescentando que para estimular a competitividade do sector, “o Estado deveria contribuir para se implementar um preço mínimo para o material lenhoso na mata e fora dela”.

Regadio da Cova da Beira precisa de mais investimento público

Decorreu a 6 de Outubro, no Fundão, o Seminário “Regadio no Contexto da nova PAC”, organizado pela Associação Distrital dos Agricultores de Castelo Branco (ADACB).

Pedro Santos, dirigente da CNA, referiu na sua intervenção que “o desligamento das ajudas da produção é o principal problema da reforma da PAC”.

Para o presidente da ADACB, Mesquita Milheiro, “a região, pelas debilidades que apresenta, precisa de mais investimento público e de uma maior atenção do Governo para a questão central do Regadio da Cova da Beira, uma vez que é preciso ainda fazer chegar a água a muitas propriedades”.



ADEFM lança discussão sobre Produtos Florestais do Minho

A Vila do Gerês acolheu no dia 27 Setembro o Seminário “Promoção, Valorização e Comercialização de Produtos Florestais do Minho”.

A alteração à Lei dos Baldios, os constrangimentos na comercialização dos produtos florestais, o potencial dos cogumelos silvestres na região Entre Douro e Minho foram alguns dos temas em debate nesta iniciativa promovida pela Associação de Defesa da Floresta do Minho.



Serviço de Aconselhamento Agrícola da CNA – “O conselho que vale”

Sr. Agricultor, cumprir a condicionalidade evita penalizações.

Receba as ajudas a que tem direito!

Recorra aos nossos serviços, encontrará o apoio técnico adequado à sua exploração.

Informe-se na CNA!

☎ 239 708 960

@ cna@cna.pt

17º Encontro da Agricultura Familiar Alentejana reúne cerca de duzentos Agricultores em Cuba

Perto de duas centenas de Agricultores estiveram reunidos em Cuba, a 11 de Outubro, no 17º Encontro da Agricultura Familiar Alentejana, com o Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 como tema principal em destaque.

No Ano Internacional da Agricultura Familiar, decretado pelas Nações Unidas, o que se torna evidente na região, à semelhança do que acontece com a Agricultura Familiar um pouco por todo o país, é que os pequenos e médios agricultores enfrentam graves dificuldades para produzir e escoar a sua produção e também no acesso às ajudas, ao apoio ao investimento e ao crédito.

O agronegócio tende a concentrar a grande exploração agrícola e pecuária sem respeito pelo solo, pelo meio ambiente, recorrendo até, muitas vezes, a mão-de-obra escrava. Por sua vez, a Agricultura Familiar é responsável pela produção de 70% dos alimentos consumidos no Mundo, pela conservação de variedades tradicionais e pelas produções de época e de proximidade.

Assim, uma das conclusões do encontro é que é fundamental dar mais apoios à pequena Agricultura, nomeadamente através de uma maior equidade na dis-



tribuição dos apoios, para que estes não sejam só canalizados para as grandes explorações.

É também necessário reactivar os mercados municipais e os mercados de levante (mercados de proximidade) e deveria ser possibilitado aos horticultores o abastecimento, por ajuste directo, de cantinas escolares, refeitórios de lares e de outras instituições.

Neste encontro foi também feito um apelo aos Agricultores para participarem no 7º Congresso da CNA, em Penafiel, uma grande iniciativa da Confederação que será mais um passo na luta em defesa da Agricultura Familiar.

Seminário Internacional
A PAC e a Agricultura Familiar
 Penafiel, Portugal
 23 Novembro 2014

AGRICULTURA FAMILIAR FAZ FALTA
 União Europeia
 CNA

Muita parra e pouca uva para a Agricultura Familiar portuguesa na aplicação da Reforma da PAC 2014-2020

A reforma da PAC (Política Agrícola Comum), aprovada em Bruxelas no final de 2013, estabeleceu um ano de transição (2014) para que os Estados tivessem tempo para a aplicar atempadamente. Ora não é isso que se está a passar em Portugal.

Os agricultores estão a realizar as sementeiras de Outono-Inverno sem saberem, em concreto, muitas das regras que vão ter de cumprir, nomeadamente as que se prendem com os pagamentos ambientais – “pagamento verde”. Persistem ainda muitas dúvidas na aplicação de conceitos novos como o de “agricultor activo” e mesmo a elegibilidade das áreas não está consolidada.

Já no Desenvolvimento Rural, ainda que Portugal não se tenha atrasado na entrega do novo PDR, tarda a aprovação do programa por parte de Bruxelas.

Ainda assim, o Governo Português aposta na abertura das medidas de apoio ao investimento na Agricultura já em meados do mês de Novembro, o que à partida até se poderia considerar positivo. No entanto, tal poderá não ser mais do que mera propaganda. Esta apreciação resulta do facto de existirem ainda milhares de candidaturas PRODER nas Direcções Regionais por analisar, a acrescer à necessidade do encerramento dos muitos projectos em curso, e serão estas mesmas direcções regionais que irão ter de analisar os novos projectos PDR2020.

Sabendo que os regulamentos não permitem que se contratem ao mesmo tempo projectos PRODER e PDR2020, as novas candidaturas até podem abrir em Novembro, mas a sua análise demorará muito a ser iniciada, dada a manifesta falta de capacidade das próprias direcções regionais que têm graves dificuldades quer em termos de recursos humanos quer em termos logísticos para conseguirem dar resposta a todo o trabalho que têm.



Para agravar a situação, o diálogo com as Organizações Agrícolas não está a ser conduzido da melhor forma. Se no início da Reforma da PAC, com o debate ainda ao nível Europeu, foram realizadas algumas reuniões, agora as decisões são-nos apresentadas quase como factos consumados.

O Ministério da Agricultura dá prazos muito curtos a quase todas as Organizações Agrícolas para estas emitirem pareceres sobre matérias como, por exemplo, a transição das medidas agro-ambientais em que o Governo se prepara para prejudicar os Agricultores.

Enfim, na prática, estas consultas escritas servirão apenas para o Ministério da Agricultura e Mar (MAM) vir dizer que foram ouvidas as Organizações Agrícolas, sem que, de facto, tenham sido dadas – à CNA e a outras – as condições necessárias para esse efeito.

Assim, a CNA reclama a urgência na clarificação, por parte do MAM, de todas as regras que os Agricultores têm de cumprir.

Ao mesmo tempo, a CNA reclama a prática de um verdadeiro diálogo com todas as Organizações de Agricultores e exige, desde já, a garantia por parte do MAM e do Governo que nenhum Agricultor possa ser penalizado por atrasos e/ou indefinições da directa responsabilidade do Ministério.

Via Campesina, o maior movimento de pequenos agricultores a nível mundial reúne em Portugal

Em Novembro e a convite da CNA, Portugal recebe um conjunto de reuniões e eventos daquele que é hoje considerado o maior movimento de pequenos agricultores a nível mundial e um dos maiores movimentos sociais do mundo e que é a Via Campesina.

A Via Campesina, da qual a CNA é membro, reúne 164 organizações locais e nacionais de 73 países da África, Ásia, Europa e América e representa cerca de 200 milhões de camponeses.

A Via Campesina para além de reunir milhões de camponeses, reúne ainda, povos sem-terra, povos indígenas, povos imigrantes e trabalhadores agrícolas de todo o mundo.

Defende a agricultura sustentável de pequena escala, como forma de promover a justiça social e a dignidade, opondo-se fortemente ao agronegócio e as multinacionais, é um movimento autónomo, pluralista e multicultural, sem nenhuma filiação política, partidária, económica, religiosa, ou de outra forma.

O movimento, que nasceu em 1993, é baseado num forte sentido de unidade e solidariedade entre os pequenos e médios produtores agrícolas do Norte e do Sul e tem como principal objectivo fazer com que a soberania alimentar, conceito lançado por si na Cimeira Mundial da Alimentação de 1996, seja uma realidade e ao mesmo tempo trave o processo neo-

liberal que todos os dias elimina milhares de agricultores em todo o mundo.

Para a Via Campesina, só com os pequenos agricultores, pequenos pescadores, pastores e os povos indígenas, que compõem quase metade da população

mundial, será possível produzir alimentos e alimentar o mundo de forma saudável e sustentável e dar resposta aos principais desafios e crises que a humanidade hoje enfrenta.

Em Portugal, entre outras iniciativas, a Via Campesina reunirá o seu

órgão máximo que é o Comité Coordenador Internacional, realiza um Seminário Internacional das Mulheres Rurais e uma reunião Internacional de Articulação das Mulheres Rurais e realiza uma acção alusiva ao Dia Internacional contra a Violência de Género.

A cidade do Porto irá hospedar a grande maioria das iniciativas que no total deverão ter a participação de cerca de 50 estrangeiros oriundos das mais diferentes partes do mundo.

Destaque ainda para a participação dos membros da Via Campesina no Congresso da CNA que se realiza dia 23 de Novembro, em Penafiel, e que constituirá um momento de grande importância na globalização da luta e na solidariedade entre os pequenos agricultores e a agricultura familiar de todo o mundo.





La Via Campesina

International Peasants Movement
Movimiento Campesino Internacional
Mouvement Paysan International
Bola Peasani Posel Kawarini Vadoke

International Operational Secretariat

197A Smuts Road, Prospect, Waterfalls
Harare, Zimbabwe
Phone: +263 4 576 221
Email: viacampesina@viacampesina.org
Web: www.viacampesina.org

Organizações da CEVC reunidas em Portugal para debater trabalho sazonal imigrante na Agricultura

As políticas agrícolas e comerciais, nacionais e comunitárias, conduzem à destruição da mão-de-obra familiar e incentivam a exploração de mão-de-obra sazonal imigrante (e migrante).

Esta foi a conclusão da CNA, da Confédération Paysanne (Confederação Camponesa / França) e do Sindicato de Obreros del Campo (sindicato de trabalhadores agrícolas de Andaluzia-Espanha), no âmbito de uma visita destas organizações a Portugal, para tratar do tema dos trabalhadores agrícolas imigrantes.

Ao mesmo tempo que diminui, todos os anos, a população agrícola familiar, assistimos a uma crescente procura de mão-de-obra agrícola sazonal e imigrante (e, em Portugal, também de portugueses migrantes).

Esta realidade é fruto de uma política praticada por sucessivos governos e por políticas comunitárias que têm vindo a promover uma agricultura industrializada, concentrada, virada para a exportação, capaz de “competir” nos mercados mundiais mas em detrimento da pequena agricultura, da agricultura familiar e do comércio e produções locais.

Este tipo de explorações super-intensivas e industriais recorrem a mão-de-obra imigrante, mal remunerada e sem direitos.

No contexto neo-liberal, nesta globalização tipo “lei da selva”, as pessoas são em geral consideradas como uma mera “mercadoria” (factor de produção).

Esta orientação política, para além de destruir a população agrícola familiar – só em Portugal e segundo o INE, entre 1999 e 2009 esta população perdeu 443 mil indivíduos – tem levado também a situações de exploração humana que roçam a escravatura.

Na verdade, a tão badalada “competitividade” da agricultura industrial deve-se em grande parte ao *dumping* financeiro



(comercializar abaixo do custo de produção) criado pela concentração de grande parte das ajudas públicas, mas também ao *dumping* social, com a sobreexploração de trabalhadores sazonais imigrantes (e migrantes). Este fenómeno tem-se agravado com as políticas comerciais da UE, sustentadas na assinatura de tratados de livre comércio, nomeadamente com países que produzem a baixo preço à custa de mão-de-obra barata e com reduzidos direitos sociais.

No Ano Internacional da Agricultura Familiar, promovido pela ONU, a CNA, a Confédération Paysanne e o SOC apelam para uma mudança efectiva nas políticas, agrícolas e comerciais, nacionais e comunitárias, no sentido de se subalternizar uma política comercial a uma política agrícola e alimentar que relocalize produções e consumo; inverta a desvalorização generalizada dos preços dos alimentos e reponha a perda de rendimento a que os agricultores europeus estão sujeitos há mais de três décadas; reponha uma justa distribuição do valor acrescentado pelos vários agentes da cadeia alimentar e aposte nos modos de produção sustentáveis e que garantam uma efectiva segurança alimentar na Europa e no Mundo.

Secretário-Geral das Nações Unidas destaca papel fundamental dos Agricultores Familiares

Na sua mensagem para o Dia Mundial da Alimentação, que se assinala a 16 de Outubro, o Secretário-Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, destacou o papel fundamental das explorações agrícolas familiares e dos agricultores familiares para acabar com a fome no mundo.

“Hoje e todos os dias, o que comemos é produto do trabalho dos agricultores familiares. Eles são responsáveis pela maioria das quintas do mundo, preservam os recursos naturais e a biodiversidade e são a base dos sistemas alimentares e agrícolas inclusivos e sustentáveis”, refere Ban Ki-moon na sua mensagem.

“Os agricultores familiares são a chave para desencadear o progresso global. No entanto, estes encontram-se em desvantagem quando se trata do acesso às tecnologias, serviços e mercados”, refere o Secretário Geral da ONU, acrescentando que “garantir o acesso igualitário – particularmente para as mulheres – aos recursos de produção é essencial para dar poder aos 500 milhões de pequenos agricultores à escala global e dessa forma contribuir



para a erradicação da pobreza e preservar o ambiente”.

Destaque ainda para o facto de na Cimeira do Clima, realizada em Nova Iorque a 23 de Setembro, mais de uma centena de organizações e governos se terem comprometido a trabalhar mais estreitamente com os agricultores, pescadores e criadores de animais de forma a melhorar a segurança alimentar e nutrição, ao mesmo tempo que é tida em conta a questão das alterações climáticas.

Agricultura Familiar é essencial para alcançar a soberania e segurança alimentar e nutricional

A REALIMENTAR – Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (plataforma de organizações da qual a CNA faz parte) salienta a necessidade de debater e atacar os problemas estruturais do país no contexto de uma estratégia nacional de segurança alimentar e nutricional, que reconheça a Agricultura Familiar como principal parceiro para se alcançar a soberania e segurança alimentar e nutricional e que coloque a alimentação como um dos eixos de desenvolvimento do país.

Na nota divulgada por ocasião do Dia Mundial da Alimentação, e tendo também em consideração o Ano Internacional da

Agricultura Familiar decretado pela ONU, a REALIMENTAR refere que a fome, a pobreza e as carências alimentares não podem continuar a ser interpretadas como externalidades do contexto de crise que atravessamos, bem como a segurança alimentar não pode continuar a restringir-se apenas à segurança dos géneros alimentícios e aos riscos da cadeia alimentar, ignorando todas as demais componentes fundamentais para uma verdadeira política alimentar, designadamente as questões produtivas e de soberania alimentar, as questões nutricionais e de educação alimentar, as redes de segurança e o apoio aos grupos mais desfavorecidos.